

ISSN 2595-5934



PERIODICIDADE
MENSAL

JUN 2026 EDIÇÃO
Nº98

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS



QUALIS B3



CAPES

**ENTRE ÁGUAS E RESISTÊNCIAS: MULHERES NEGRAS MIGRANTES E A
PRODUÇÃO DO COMUM NA TERRITORIALIDADE URBANA DE ARAGUAÍNA
BETWEEN WATERS AND RESISTANCES: BLACK MIGRANT WOMEN AND THE
PRODUCTION OF THE COMMON IN THE URBAN TERRITORIALITY OF
ARAGUAÍNA**

PÊSSEGO, Dyego Martins¹

RESUMO

A formação urbana de Araguaína (TO) está profundamente relacionada aos fluxos migratórios nordestinos do século XX, os quais contribuíram para a constituição de dinâmicas socioterritoriais marcadas por desigualdades. Nesse contexto, o estudo aborda a relação entre migração, gênero e raça, com ênfase nas experiências de mulheres negras migrantes. O objetivo é analisar de que modo essas trajetórias participam da produção da territorialidade urbana, bem como compreender suas práticas cotidianas e formas coletivas de uso da água como bem comum. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, ancorada em referenciais da geografia crítica e dos estudos interseccionais. Os resultados evidenciam que essas mulheres, mesmo em contextos de vulnerabilidade, constroem redes de sociabilidade, estratégias de sobrevivência e práticas coletivas, como o uso compartilhado da água, que configuram formas de resistência e organização social. Conclui-se que tais práticas são centrais na produção do espaço urbano, contribuindo para a compreensão das territorialidades e para o reconhecimento de saberes historicamente invisibilizados.

Palavras-chave: Migração. Mulher Negra. Territorialidade Urbana. Bens Comuns. Araguaína.

ABSTRACT

The urban formation of Araguaína (TO) is deeply related to the northeastern migratory flows of the 20th century, which contributed to the constitution of socio-territorial dynamics marked by inequalities. In this context, the study addresses the relationship between migration, gender, and race, with an emphasis on the experiences of black migrant women. The objective is to analyze how these trajectories participate in the production of urban territoriality, as well as to understand their daily practices and collective forms of water use as a common good. Methodologically, this is a qualitative research, of a bibliographic and documentary nature, anchored in references from critical geography and intersectional studies. The results show that these women, even in contexts of vulnerability, build networks of sociability, survival strategies, and

¹ Mestre em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGCULT/UFNT). Professor do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione (Araguaína-TO). Email: dyegomartins@catolicaorione.edu.br

collective practices, such as the shared use of water, which configure forms of resistance and social organization. It is concluded that such practices are central to the production of urban space, contributing to the understanding of territorialities and to the recognition of historically invisibilized knowledge.

Keywords: Migration. Black Woman. Urban Territoriality. Common Goods. Araguaína.

INTRODUÇÃO

A constituição das cidades brasileiras, especialmente na região Norte, encontra-se profundamente marcada por intensos fluxos migratórios ao longo do século XX, os quais contribuíram para a conformação de dinâmicas socioterritoriais complexas e desiguais. Nesse contexto, Araguaína, no norte do Tocantins, destaca-se como espaço urbano cuja formação está intrinsecamente associada à mobilidade populacional oriunda, sobretudo, do Maranhão, Piauí e de outras regiões do Nordeste. Entre as décadas de 1960 e 1980, esse processo foi impulsionado pela expansão urbana e por transformações estruturais no mundo do trabalho, resultando na incorporação de contingentes populacionais em condições marcadas pela informalidade e pela precariedade. Assim, a migração deve ser compreendida não apenas como deslocamento espacial, mas como prática social de produção do território, na qual sujeitos historicamente marginalizados constroem novas formas de pertencimento e uso do espaço (HAESBAERT, 2004; SANTOS, 2008).

Entretanto, embora a literatura tenha avançado na compreensão das dinâmicas migratórias e da produção do espaço urbano, ainda se observa uma lacuna analítica no que se refere à articulação entre migração, gênero e raça, especialmente no que diz respeito às experiências de mulheres negras em contextos urbanos periféricos. Tal lacuna torna-se ainda mais evidente quando se considera a centralidade dessas mulheres na reprodução da vida social e na constituição de territorialidades específicas, frequentemente invisibilizadas pelas abordagens tradicionais. Nesse sentido, o problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender de que maneira as trajetórias de mulheres negras migrantes contribuem para a produção da territorialidade urbana em Araguaína, bem como como suas práticas

cotidianas se articulam à construção de formas coletivas de uso e gestão de recursos, como a água.

Do ponto de vista teórico, este trabalho dialoga com diferentes campos do conhecimento que permitem uma abordagem interdisciplinar do fenômeno. A concepção de território como espaço vivido e apropriado socialmente, conforme proposta por Haesbaert (2004), aliada à compreensão do espaço como resultado da articulação entre sistemas de objetos e ações (SANTOS, 2008), oferece base para interpretar a produção territorial a partir das práticas cotidianas. Ademais, as contribuições de Massey (2008) reforçam a ideia de espaço como processo relacional e em constante transformação. No que tange às relações de gênero e raça, destacam-se as reflexões de Gonzalez (2020) e Davis (2016), que evidenciam a inserção histórica de mulheres negras em posições subalternizadas no mercado de trabalho. Por sua vez, a noção de bem comum, desenvolvida por Dardot e Laval (2017) e articulada às discussões sobre governança coletiva em Ostrom (1990), possibilita compreender práticas sociais que emergem da gestão compartilhada de recursos, como observado no uso dos córregos urbanos por lavadeiras em contextos de ausência estatal (GODOI, 2021; SANTOS, 2018).

A relevância deste estudo justifica-se tanto no plano teórico quanto empírico. Do ponto de vista acadêmico, contribui para o aprofundamento das discussões sobre territorialidade urbana ao incorporar uma perspectiva interseccional que articula migração, gênero e raça, ampliando o escopo analítico das abordagens tradicionais. No plano social, a pesquisa evidencia práticas cotidianas e formas de organização coletiva historicamente invisibilizadas, destacando a importância de reconhecê-las na formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às realidades locais. Ao enfatizar o papel das mulheres negras migrantes na produção do espaço urbano e na gestão de bens comuns, o estudo contribui para a valorização de saberes e práticas que sustentam a vida nas cidades.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é analisar como as trajetórias de mulheres negras migrantes participam da produção da territorialidade urbana em Araguaína, com ênfase nas práticas cotidianas e nas formas coletivas de uso da água

enquanto bem comum. Como objetivos específicos, busca-se: compreender o papel dos fluxos migratórios na constituição socioterritorial da cidade; analisar as intersecções entre raça, gênero e classe nas trajetórias dessas mulheres; investigar as práticas cotidianas que configuram formas de territorialidade urbana; e examinar a utilização coletiva da água como prática de resistência e organização social.

Por fim, este artigo está estruturado em três seções principais. A primeira discute a relação entre migração, mulher negra e territorialidade urbana, destacando as dinâmicas socioterritoriais de Araguaína. A segunda aborda a água como bem comum, analisando as práticas coletivas e formas de resistência desenvolvidas no cotidiano urbano. A terceira seção apresenta as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados da pesquisa à luz do referencial teórico adotado.

MIGRAÇÃO, MULHER NEGRA E TERRITORIALIDADE URBANA

A constituição socioterritorial de Araguaína está profundamente associada aos fluxos migratórios oriundos do Maranhão, Piauí e de outras regiões do Nordeste brasileiro ao longo do século XX, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980. Esse período foi marcado por intensa expansão urbana, impulsionada não apenas por dinâmicas econômicas, mas por processos mais amplos de reorganização da vida social. Nesse contexto, a migração deve ser compreendida como prática de reterritorialização, na qual sujeitos historicamente marginalizados passam a produzir novas espacialidades a partir de suas experiências cotidianas. Tal perspectiva converge com a concepção de território como espaço vivido, apropriado e dotado de significados, superando sua dimensão estritamente jurídico-formal (HAESBAERT, 2004).

Estudos desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins evidenciam que esses fluxos migratórios foram determinantes na formação sociocultural de Araguaína, especialmente pela intensa relação entre Maranhão e Tocantins. Essa dinâmica favoreceu a constituição de identidades híbridas e práticas culturais específicas, nas quais a mobilidade territorial assume papel estruturante

(SANTOS, 2018). Paralelamente, o crescimento urbano da cidade ocorreu de forma acelerada e, em grande medida, desarticulada de políticas de planejamento, sustentando-se na inserção de migrantes em atividades laborais precárias e marcadas pela informalidade (GODOI, 2021).

Nesse cenário, as trajetórias de mulheres negras migrantes revelam, de forma particularmente expressiva, a intersecção entre desigualdades de raça, gênero e classe. Conforme argumenta Gonzalez (2020), a posição social dessas mulheres é historicamente atravessada por múltiplas formas de opressão, que as direcionam aos trabalhos mais desvalorizados socialmente (GONZALEZ, 2020). Em Araguaína, essa realidade se manifesta na predominância da inserção dessas mulheres no trabalho doméstico e em atividades informais, evidenciando condições persistentes de vulnerabilidade socioeconômica (GODOI, 2021).

As trajetórias migratórias, frequentemente iniciadas ainda na infância, são marcadas pela inserção precoce no trabalho e pela participação ativa na economia urbana informal. Nesse processo, a mobilidade territorial não se limita à busca por melhores condições de vida, mas envolve também a construção de redes de sociabilidade e pertencimento no espaço urbano (SANTOS, 2018). Essas redes desempenham papel fundamental na permanência dos sujeitos no território, funcionando como mecanismos de apoio e reprodução social.

As práticas cotidianas dessas mulheres, como os deslocamentos para o trabalho, a ocupação de determinados espaços urbanos e a construção de vínculos solidários, evidenciam que o cotidiano constitui um espaço privilegiado de produção territorial. Nesse sentido, o espaço urbano deve ser compreendido como resultado de inter-relações em constante transformação, sendo produzido pelas práticas sociais que nele se desenvolvem (MASSEY, 2008).

Na vida adulta, muitas dessas mulheres assumem integralmente a responsabilidade pela manutenção familiar, recorrendo a atividades precárias como principal meio de subsistência. Tal realidade expressa a permanência de estruturas históricas de desigualdade, nas quais mulheres negras continuam associadas a trabalhos de cuidado e limpeza, em continuidade às heranças do período escravocrata

(DAVIS, 2016). Em Araguaína, essa inserção se dá majoritariamente em contextos de informalidade e ausência de direitos trabalhistas, configurando estratégias de sobrevivência diante da insuficiência de políticas públicas (GODOI, 2021).

A territorialidade construída por essas mulheres não se fundamenta na posse formal da terra, mas no uso cotidiano e coletivo dos espaços urbanos. Assim, o espaço transforma-se em território a partir das práticas sociais que lhe atribuem significado e funcionalidade, conforme a concepção de que o espaço é constituído pela articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2008).

Dessa forma, a migração não pode ser reduzida a um processo de adaptação, mas deve ser compreendida como prática ativa de produção territorial. Os sujeitos migrantes não apenas ocupam o espaço, mas o ressignificam por meio de suas experiências, relações sociais e estratégias cotidianas (SANTOS, 2018). Nesse processo, mulheres negras migrantes desempenham papel central ao transformar condições de precariedade em formas de sobrevivência e pertencimento, contribuindo decisivamente para a constituição da dinâmica social urbana.

A ÁGUA COMO BEM COMUM: PRÁTICA COLETIVA E RESISTÊNCIA

Antes da consolidação dos sistemas de abastecimento domiciliar em Araguaína, os córregos urbanos desempenhavam papel fundamental na reprodução da vida cotidiana. A água, nesse contexto, não se configurava como mercadoria ou serviço universalizado, mas como recurso essencial à sobrevivência, cuja apropriação estava diretamente vinculada às práticas sociais. Assim, sua condição de bem comum não derivava de sua natureza, mas das formas coletivas de uso e organização social que a constituíam (GODOI, 2021; PÊSSEGO, 2023).

A abordagem teórica de Dardot e Laval (2017) contribui para essa compreensão ao afirmar que o comum não é dado, mas instituído por meio de práticas sociais que estabelecem regras de uso, partilha e responsabilidade coletiva (DARDOT; LAVAL, 2017). Em Araguaína, tais práticas foram desenvolvidas, sobretudo, por populações migrantes em situação de vulnerabilidade, que organizaram coletivamente o uso dos espaços urbanos (SANTOS, 2018).

Nos córregos, as lavadeiras estabeleciam formas de organização baseadas na repetição cotidiana, delimitando espaços, respeitando ordens de uso e compartilhando recursos e conhecimentos. Essas práticas evidenciam a construção de normas sociais não formalizadas, que emergem da necessidade coletiva e da convivência cotidiana (GODOI, 2021).

Além disso, a utilização da água era orientada por princípios de reciprocidade e justiça social, aproximando-se da noção de economia moral, na qual práticas populares são reguladas por valores compartilhados e legitimados socialmente (THOMPSON, 1998; PÊSSEGO, 2023). Nesse contexto, as redes de solidariedade desempenhavam papel central na organização da vida social e na inserção dos migrantes no espaço urbano (SANTOS, 2018).

Do ponto de vista geográfico, os córregos podem ser compreendidos como elementos que, ao serem apropriados pelas práticas sociais, transformam-se em territórios vividos. O espaço deixa de ser apenas suporte físico e passa a incorporar dimensões simbólicas, afetivas e sociais, sendo produzido pela interação entre objetos e ações (SANTOS, 2008; PÊSSEGO, 2023).

Em um contexto de ausência de políticas públicas de saneamento, o uso coletivo da água configurava uma forma concreta de resistência à marginalização urbana. A ocupação cotidiana desses espaços pode ser interpretada como prática de reivindicação do direito à cidade, ainda que não formalizada juridicamente (GODOI, 2021).

A água, nesse sentido, desempenhava dupla função: meio de trabalho e elemento estruturador de vínculos sociais. Ao redor dela, constituíam-se redes de sociabilidade, práticas de cuidado e estratégias de sobrevivência, evidenciando que o comum envolve não apenas a gestão de recursos, mas a construção de relações sociais e identidades coletivas (DARDOT; LAVAL, 2017).

Essas dinâmicas permitem compreender a prática das lavadeiras como forma de comunalidade urbana, baseada na autogestão e na responsabilidade compartilhada. Em contextos de ausência estatal, tais arranjos comunitários emergem

como alternativas de organização social, conforme observado em estudos sobre governança de bens comuns (OSTROM, 1990; GODOI, 2021).

Dessa forma, a água dos córregos de Araguaína constitui-se como bem comum a partir de sua vivência coletiva, sendo continuamente instituída pelas práticas, normas e valores compartilhados pelas lavadeiras. Trata-se de uma forma de resistência cotidiana, na qual a produção da vida e do pertencimento se realiza por meio da experiência comum e da solidariedade social (SANTOS, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas permitem compreender que a formação urbana de Araguaína não pode ser interpretada apenas a partir de vetores econômicos ou institucionais, mas deve ser situada no entrelaçamento de dinâmicas migratórias, relações sociais e práticas cotidianas que configuram o território como experiência vivida. Nesse sentido, a mobilidade populacional assume caráter estruturante, na medida em que engendra processos contínuos de produção espacial, nos quais sujeitos historicamente marginalizados exercem protagonismo na constituição de novas territorialidades, reafirmando a noção de território como construção social e simbólica (HAESBAERT, 2004).

A centralidade das mulheres negras migrantes evidencia que as desigualdades urbanas não se distribuem de forma homogênea, sendo atravessadas por marcadores interseccionais que condicionam o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento social. Ainda assim, suas trajetórias revelam não apenas condições de vulnerabilidade, mas também a capacidade de agência, expressa na criação de redes de apoio, estratégias de sobrevivência e formas de pertencimento que ressignificam o espaço urbano. Tal perspectiva dialoga com interpretações que compreendem o cotidiano como dimensão fundamental da produção do espaço, na qual práticas ordinárias assumem papel constitutivo das dinâmicas territoriais (MASSEY, 2008; SANTOS, 2008).

No que se refere à água enquanto bem comum, observa-se que sua apropriação coletiva, especialmente nos contextos anteriores à universalização dos serviços de abastecimento, revela formas autônomas de organização social baseadas na cooperação, na reciprocidade e na construção implícitas de uso. Assim, o comum emerge como prática social instituída, resultante de coletivos que garantem tanto a reprodução material da vida quanto a coesão social, conforme discutido por Dardot e Laval (2017) e evidenciado empiricamente nas experiências locais (GODOI, 2021; PÊSSEGO, 2023).

Ademais, a utilização compartilhada dos córregos urbanos demonstra que, em contextos de ausência ou insuficiência do Estado, as populações constroem arranjos coletivos capazes de assegurar o acesso a recursos essenciais, configurando formas de resistência que se expressam na própria organização do cotidiano. Tais práticas aproximam-se das discussões sobre governança de bens comuns, nas quais a gestão coletiva se apresenta como alternativa viável à lógica privatista e à exclusão socioespacial (OSTROM, 1990).

Por fim, tanto a territorialidade produzida pelas mulheres negras migrantes quanto as práticas coletivas em torno da água evidenciam que o espaço urbano é continuamente (re)construído por meio de relações sociais, práticas solidárias e estratégias de resistência. Essas dinâmicas revelam a potência dos sujeitos em transformar condições adversas em formas de existência e pertencimento, reafirmando a necessidade de reconhecimento dessas experiências no âmbito das políticas públicas e das análises acadêmicas, de modo a valorizar saberes, práticas e formas de organização que historicamente sustentam a vida nas cidades (SANTOS, 2018; PÊSSEGO, 2023).

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GODOI, Paula Fernanda Carvalho de. Migração e trabalho doméstico numa cidade média no interior da Amazônia Legal: Araguaína-TO. 2021. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OSTROM, Elinor. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PÊSSEGO, Dyego Martins. Perspectivas do comum nas práticas socioterritoriais do “Biquinho” no âmbito de atuação da APA-TO. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, 2023.

SANTOS, Ítalo Danyel Amorim Gonçalves dos. Identidades e dilemas migratórios: narrativas dos migrantes maranhenses em Araguaína-TO. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.